

Subjetividade Para A Contra-Hegemonia

Autoria: Anne Pinheiro Leal, Elaine Cristina Schmitt Ragnini

Resumo: Este artigo propõe uma reflexão acerca da possibilidade de construção de processos contra-hegemônicos no seio do processo de produção capitalista. O conceito de hegemonia, desenvolvido dentro de uma tradição do materialismo histórico dialético e amplamente discutido por Gramsci, pode ser definido como uma relação de domínio de determinado estrato social pela formação da vontade coletiva, o que envolve as dimensões econômicas, políticas, intelectuais e morais. No entanto, é na relação entre as dimensões objetivas e subjetivas que os interesses e vontades de um determinado grupo social se fazem valer sobre outros. Assim, Gramsci (1984), enaltece os processos subjetivos para a compreensão do movimento dinâmico de dominação, dando ênfase aos estudos sobre a consciência humana. Dentro da noção vigotskiana de consciência, afere-se que o entendimento da dimensão subjetiva é insuficiente para abarcar a complexidade dos processos psicológicos envolvidos na execução da hegemonia. Assim, busca-se num referencial de desenvolvimento humano de fundamento psicanalítico, a chave para dissolução dessa problemática. A partir de um modelo de mente e da possibilidade de colocar em curso um movimento de contra-hegemonia no seio das organizações, articulam-se neste artigo algumas idéias preliminares sobre o tema.

1 Introdução

O presente ensaio tem como objetivo estimular a discussão acerca do papel da subjetividade na construção da contra-hegemonia. Partindo da tradição gramsciana sobre a hegemonia, ressalta-se a dimensão subjetiva da luta política, bem como o aspecto ontológico do trabalho nessa relação.

A tradição do materialismo dialético tem compreendido a subjetividade envolvida na hegemonia através da dinâmica alienação-cosciência, subestimando a dimensão afetiva do processo de engajamento na luta política. Considera-se, contudo, que os processos de identificação são essenciais na compreensão e mobilização no enfrentamento da hegemonia.

2 Hegemonia e contra-hegemonia

A noção de hegemonia está historicamente relacionada à idéia da revolução. Teoricamente, ela se conecta à tradição do materialismo histórico dialético, pela razão de pressupor esta corrente sempre a ciência como a construção da possibilidade do devir, ou da transcendência como superação (MÉSZÁROS, 2006). Em Lênin, o conceito de hegemonia já aparece de forma recorrente, mas é na vertente gramsciana que ele se desenvolve com maior vigor.

Para Gramsci, a hegemonia pode ser definida como uma relação de domínio de determinado estrato social pela formação da vontade coletiva, o que envolve as dimensões econômicas, políticas, intelectuais e morais (GRUPPI, 1978). Nesta concepção, hegemonia não pode ser definida apenas como uma cultura que determinado grupo social conseguiu generalizar a outros segmentos sociais, na medida que inclui, além desta, uma configuração específica de produção, de hierarquia e de forças que dialeticamente vinculam de forma orgânica a super e a infra-estrutura. É importante observar, neste sentido, que não se trata de uma sobredeterminação, mas de uma relação dialética.

A idéia central contida na construção da hegemonia é que os interesses de um grupo social só se concretizam à medida que consolidam-se na sua dimensão objetiva e subjetiva perante os demais grupos. Assim, a dimensão econômico-estrutural não é, por si só, suficiente para realizar o projeto hegemônico, necessitando-se veicular, juntamente à mesma, um modo de viver, de pensar e de sentir a vida correspondente. Para a consolidação de uma relação

hegemônica, acrescida à coerção de uma determinada configuração produtiva, é preciso provocar o consenso pela disseminação de uma nova concepção de mundo, intermediada por um mínimo de profissionais da política e da ideologia. “A coerção deve ser sabidamente combinada com a persuasão e o consentimento” (GRAMSCI, 1984).

Tal pressuposto se dá porque, para Gramsci, toda capacidade de um grupo social de realizar seus interesses está relacionada à sua capacidade política. Nesse sentido, o autor se opõe fortemente à tradição do materialismo vulgar, que apregoa que o curso objetivo das coisas determina a mudança no poder como única certeza (GRUPPI, 1978). É nesse contexto que a noção de práxis ganha fôlego em Gramsci e há, conseqüentemente, toda uma preocupação com os movimentos morais e intelectuais relacionados ao campo da luta.

Nesse sentido é que Gramsci (1984; 1989) enaltece a dimensão subjetiva da luta política, quando coloca a **vontade** como elemento determinante da construção e realização dos projetos sociais, bem como o **consentimento** como fator essencial na aceitação dos mesmos. E o uso da noção de **segunda natureza** enfatiza a dimensão ontológica da hegemonia. Quando Gramsci (1984) descreve os artifícios utilizados pelo capitalista para transformar o artesão em operário, ele claramente demonstra que todo processo de mudança de projeto hegemônico passa pela redução ontológica de um sujeito socialmente constituído para a construção da nova subjetividade, adequada ao novo projeto.

No modo de produção capitalista, a hegemonia se afirma numa coerência de um projeto econômico e ideológico, fundado na relação de assalariamento, na divisão do trabalho e na constituição do sujeito trabalhador. É a partir dessa constatação que Gramsci (1984, p. 381) afirmou que, a partir do fordismo, “a hegemonia vem da fábrica”, se consolidando pela

racionalização do trabalho, combinando habilmente a força (destruição do sindicalismo de base territorial) com a persuasão (altos salários, benefícios sociais diversos, propaganda ideológica e política habilíssima) para finalmente basear toda a vida do país [no caso, os EUA] na produção (*ibid.*)

É na intersecção desses mecanismos de coerção e de persuasão que o grupo burguês institui o sistema capitalista como o modo de produção e reprodução predominantes na sociedade. Mas todo projeto hegemônico, posto que envolvido está nas relações de poder, nunca está infinitamente consolidado, necessitando renovar-se continuamente. À medida que as contradições internas do projeto capitalista se deparam com as tensões da luta política entre dominantes e dominados, ele se renova, adquirindo novas artimanhas hegemônicas.

São inúmeros os autores contemporâneos que, baseados nesse raciocínio, apontam as estratégias hegemônicas do capitalismo tardio. Oliveira (2004) aponta que a dinâmica de exclusão-inclusão subordinada constitui um dos elementos centrais da manutenção do projeto hegemônico capitalista; Harvey (2005) destaca o caráter flexível das relações de produção e trabalho como a grande investida do capital para manter-se como pólo predominante na contradição capital-trabalho; e isso só para citar alguns exemplos.

Considera-se, contudo, que a síntese de Mészáros (2006; 2007) sobre Marx acerca dos elementos mais centrais da hegemonia capitalista representa uma das mais relevantes obras para a construção da contra-hegemonia. Isso porque, herdeiro da vertente lukacsiana, e portanto com uma preocupação sempre ontológica a respeito da economia política, a alienação é salientada como o fundamento da hegemonia capitalista: (i) alienação do homem com relação à natureza, (ii) alienação de si mesmo ou de sua própria atividade, (iii) de seu ser genérico, ou a espécie humana e (iv) alienação do homem com os outros homens. A primeira expressa a “relação do trabalhador com o produto do seu trabalho”, que é também a sua relação com o mundo sensível exterior. A segunda fala sobre a “relação do trabalhador com sua própria atividade como uma atividade alheia que não lhe oferece satisfação em si e por si mesma, mas apenas pelo ato de vendê-la a outra pessoa”. A terceira trata do rebaixamento da condição humana por meio de processos capitalistas, que objetivam na coisa – mercadoria – a

razão da vida da espécie humana. A consequência disso é um “estranhamento com respeito à relação do homem com a humanidade em geral”. E a quarta faceta da alienação capitalista refere-se ao fato de que, quando o homem está frente a si mesmo, defronta-se ele com um outro homem: “o que é produto da relação do homem com o seu trabalho, produto de seu trabalho e consigo mesmo, vale como relação do homem com outro homem, como o trabalho e o objeto do trabalho de outro homem” (MÉSZÁROS, 2006, p. 20-1).

É a partir desse ponto de vista que o Mézszáros (2007) defende como horizonte de emancipação da hegemonia capitalista a constituição dos “produtores livremente associados” em contraposição à figura do “trabalhador”, visto que essa seria a condição de negação do fundamento do projeto do capital: a alienação ou estranhamento do homem com a coisa e de si mesmo.

Mas se a construção de tal projeto contra-hegemônico se dá no interior da hegemonia capitalista, visto que não se muda a realidade por decreto e sim no empenho da luta política, é necessário compreender que elementos são necessários para tanto.

3 O papel da subjetividade na construção do projeto contra-hegemônico

Quando a superação da alienação capitalista agenda-se como projeto político, uma categoria que assume importância central é a **consciência**, sendo esta a condição inicial para a transcendência¹. Inicial porque não é a única – há também que viabilizar o projeto em termos estruturais -, mas é a primeira já que, ao contrário da alienação que estranha, a consciência aproxima o sujeito de si mesmo; enquanto que na atividade alienada a relação sujeito-objeto, homem-natureza, está alheia ao sujeito e acontece apesar dele (MÉSZÁROS, 2006), segundo uma racionalidade instrumental, na atividade consciente há o domínio do próprio comportamento (VIGOTSKI, 1998), já que o sujeito constrói mentalmente a ação volitiva que executa.

A categoria da consciência está ligada em Gramsci à dimensão da cultura e dos intelectuais.

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político (GRAMSCI, 1989, p. 3)

Isso significa que, a construção e realização de um projeto contra-hegemônico está necessariamente mediada pelo reconhecimento da própria condição e das estratégias de ação política para modificar essa condição. Essa medição em grande parte é exercida pelo que Gramsci denomina “intelectuais orgânicos”, que não constituem uma classe em si, mas vinculam-se aos grupos sociais fundamentais pelos quais são criados. “Poder-se-ia medir a ‘organicidade’ dos diversos estratos intelectuais pela sua mais ou menos estreita conexão com um grupo social fundamental” (*ibid.*, p.10), ou seja, quanto mais ou menos comprometidos e atuantes com relação à classe com a qual suas idéias estão vinculadas.

Gramsci argumenta, para tanto, que a constituição das camadas intelectuais da sociedade, na realidade concreta, acontece mediante processos históricos nos quais a sua formação não é democrática, já que as relações desiguais entre as classes produtivas se estendem também na produção dos intelectuais. “A diversa distribuição dos diversos tipos de escola no território ‘econômico’ e as diversas aspirações das várias categorias destas camadas determinam, ou dão forma, à produção dos diversos ramos de especialização intelectual” (*ibid.*).

A partir do reconhecimento, portanto, da condição sócio-histórica da consciência, é que Gramsci enfatiza o fato de estar a própria consciência mediada pelo acesso a instrumentos de aprendizagem do grupo social, instrumentos esses que sustentam o projeto hegemônico ou contra-hegemônico. Por esse motivo o autor reconhece a importância das práticas

pedagógicas na construção da subjetividade de classe, desempenhando aquelas um dos principais instrumentos da manutenção da hegemonia. Contudo, para Gramsci, os processos pedagógicos não se encerram nos espaços de educação formal, mas constituem um espectro muito mais amplo de múltiplas esferas de atividade - no local de trabalho, na família, na comunidade, na mídia, etc. (SAWCHUCK, 2003).

A noção de cultura e aprendizagem se aproxima, bem como a de gestão e pedagogia, visto que, nessa concepção, a práxis é o princípio orientador da formação da consciência, e o trabalho princípio educativo por excelência. Isso porque, na hegemonia, a dimensão produtiva se encontra com a ideológica, a objetiva se cruza com a subjetiva. A experiência de classe é, logo, ontologicamente constitutiva, na família, na empresa, na cidade, etc., visto que desde a infância até a morte o indivíduo apreende o mundo sob o ponto de vista do seu “lugar”, que ao mesmo tempo é concreto, histórico, social e subjetivo (EIZIRIK et al, 2001).

É por essa razão, inclusive, que uma das reivindicações dos autores do materialismo histórico dialético que pensam a respeito da contra-hegemonia é o acesso das classes subordinadas ao conhecimento científico de ponta, já que este representaria, pelo grau maior de elaboração, uma das condições para o enfrentamento ao projeto hegemônico; e é por essa razão que historicamente esse conhecimento lhe tem sido negado e utilizado não a favor, mas contra os interesses dos grupos subordinados (KUENZER, 2006).

Conclui-se, portanto, que a subjetividade permeia a hegemonia porque é naquela que esta se institui.

Todavia, a subjetividade na tradição teórica da hegemonia está relacionada ao campo do cognitivo, sendo a consciência a categoria máxima da sua expressão. Considera-se, porém, que a subjetividade não encontra sua constituição no sujeito apenas no nível da cognição: o afeto e o desejo sempre medeiam à dimensão cognitiva do sujeito na sua relação com o exterior - o sócio-histórico (WALLON, 2007). Assim, apesar de haver aqui uma aderência à tradição do materialismo histórico dialético na elucidação sobre o fenômeno da hegemonia, julga-se haver uma lacuna considerável no entendimento da subjetividade. Elucidar essa lacuna, ampliando as possibilidades de compreensão da subjetividade na luta política, será objeto principal desse trabalho, e para isso será utilizado o referencial da psicanálise.

Não foi objetivo de Freud formular uma teoria acerca da subjetividade humana, no entanto, a partir da experiência clínica, o psicanalista “se esforça para descobrir qual poderia ser sua contribuição (intencional ou inadvertida) à experiência e ao que está emanando do mundo interno do paciente” (AKHTAR, 2007, p.55). Para a psicanálise, a vida psíquica é constituída a partir do acionamento que as interações que o bebê realiza com o meio a sua volta, garantindo sua sobrevivência e desenvolvendo seu corpo biológico, fará dos seus processos psíquicos iniciais. Interação essa mediada e dirigida pela mãe e a família (ZAVASCHI, COSTA e BRUNSTEIN, 2001), e que se tornam modelo das relações estabelecidas em fases posteriores da vida, compreendidas da infância à velhice, isto porque são permeadas de afetos.

Pelo fato de trabalhar com elementos tão dinâmicos, individualmente e subjetivamente vividos, por vezes a dimensão de interface com a cultura que estes processos dinâmicos trazem em si, não é compreendida ou levada em consideração. Aquilo que constitui o universo da subjetividade humana é ricamente constituído das representações internas e por assim dizer psíquicas, das relações vinculares estabelecidas com outras pessoas e com a cultura de forma geral. Assim,

“Tomar como ponto de partida o programa científico e racional de Freud como contribuição fundamental da psicanálise para enfrentar o desafio lógico e histórico da subjetividade é postular de início que a ‘vida subjetiva’ não é o reino do absurdo, do obscuro, da impossibilidade do saber. A ‘vida subjetiva’ é objeto possível de compreensão racional. Se for possível supor que em algum momento do

desenvolvimento do conhecimento acerca do sujeito, esse tenha sido compreendido pela sua possibilidade e capacidade de dizer de si, 'eu sou', ou em outro momento pela sua capacidade de pensar, 'eu penso', em Freud, o sujeito é o que sabe, mas não sabe que sabe, 'eu sei, mas não sei que sei'. Ainda que ampla essa expressão põe em pauta a complexidade da tarefa a que Freud se dedicou." (RESENDE, 2002, p. 6).

A partir dessa premissa de sujeito, capaz de ser cognoscível a partir de um trabalho que realiza sobre si, considerando esse trabalho não apenas no nível da consciência, mas da ativação da dimensão inconsciente e do desejo, pode-se considerar que a subjetividade encontra na relação com a cultura e as outras pessoas, os alicerces de sua constituição. Pode-se inferir que

"Freud pôde captar e revelar muito da relação entre o indivíduo e a sociedade, entre a objetividade e a subjetividade. E o fez porque revelou que, a par de os processos psíquicos e culturais fundamentais serem universais e condição para a humanidade, esses processos são subordinados às condições da particularidade histórica e da singularidade individual; porque desnudou os mecanismos pelos quais os processos e as exigências civilizatórias se constituem subjetivos; porque compreendeu que os fatores externos e os fatores internos 'atuam na mesma direção'. Freud dissolve a distinção e rejeita a autonomia desses fatores, sem contudo unificá-los. O que constitui o indivíduo? Como é possível compreender a constituição de sua singularidade? Freud dá uma interessante sugestão a esse respeito quando discute o que está em causa no processo que possibilita que o indivíduo alcance um alto plano de moralidade que é inseparável das possibilidades de autonomia subjetiva. Esse processo não se origina em virtudes e características individuais, nem exclusivamente nas influências externas ou convicções éticas arbitrárias e abstratas. Ao contrário, esses processos atuam na 'mesma direção'" (RESENDE, 2002, p. 9).

4 Subjetividade e modelo de desenvolvimento do sujeito: da constituição psíquica ao engajamento social

Para entender a construção da subjetividade, faz-se necessário discorrer sobre o processo de constituição do sujeito na sua relação com o meio, contudo, conforme indicado anteriormente, buscando aprofundar a noção de afeto para além da consciência.

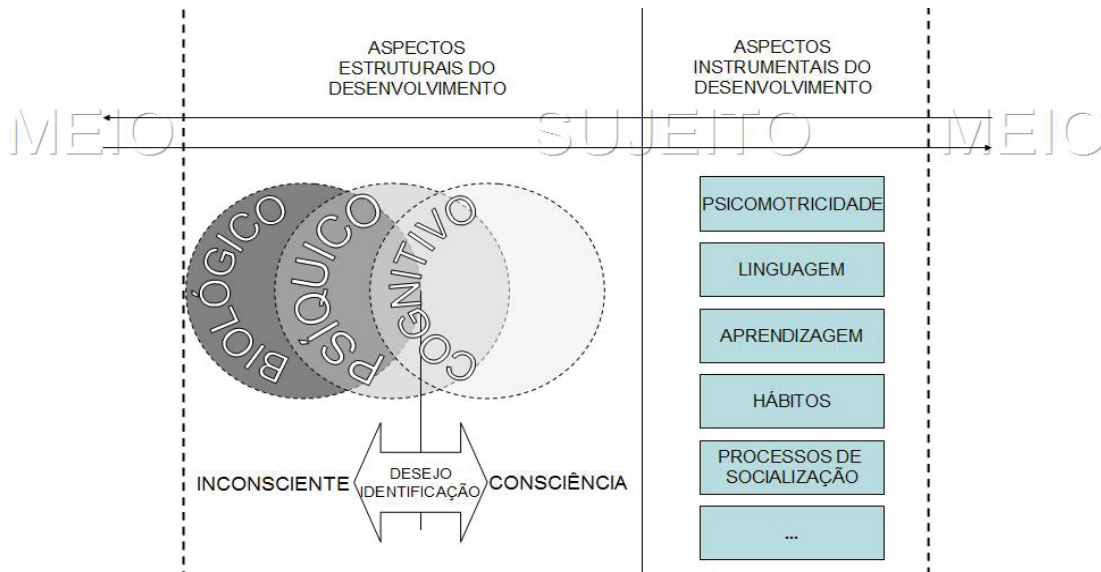
Aquilo que constitui o indivíduo é fruto de um longo e contínuo processo de desenvolvimento, devendo ser considerado a partir dos elementos biológicos, psíquicos e sociais, fundamentais para a existência do humano (JERUSALISNKY e CORIAT, 1996; EIZERIK et al., 2001; COLL et al., 2004). A interação com outros indivíduos e grupos, que vão da família a grupos sociais secundários, e a vivência da cultura, compõem elementos essenciais para o engajamento do sujeito em seu processo de desenvolvimento. A constituição do campo psíquico, então, é fundada a partir da linha tênue que integra, a partir dos aspectos biológicos e sociais, os outros processos necessários para que este *ser em constituição* possa prosseguir o curso de seu desenvolvimento. Desenvolvimento aqui é entendido como o percurso que vai da concepção à morte e que integra a complexidade da interação entre o que é mais íntimo do sujeito e o mais aparentemente conhecido do social (COLL et. Al, 2004).

A adoção de um modelo de desenvolvimento humano que pressuponha a trajetória da concepção à morte, adverte-nos a descrever as noções fundamentais para a compreensão desse movimento. O que inicialmente deve ser considerado, é que qualquer ser humano, mesmo antes de ser concebido, existe no desejo de um outro. É a partir desse lugar, do lugar no desejo do Outro, que a história do desenvolvimento humano segue seu cursoⁱⁱ (LACAN, 2005). E também, os processos de desenvolvimento que vão da concepção à geração e aos primeiros anos de vida, são fundamentais para estruturação de uma personalidade e da elaboração inicial de um conjunto de elementos e características que permitem a esse ser a inserção e atuação em contextos sociais diferenciados e complexos. O segundo elemento a se considerar é que tudo aquilo que foi vivido e psiquicamente experienciado pelo sujeito em seus anos iniciais de

vida, se projetam para fases posteriores do desenvolvimento, e vão encontrando em novas formas de reviver o anteriormente experimentado, especialmente no campo da afetividade, a atualização do que gerava prazer ou desprazer nestes anos da infância. Assim, a adolescência, a vida adulta e a velhice, são fases da vida humana em que se experimentam, a partir de diferentes papéis sociais e condições de vida, seja pela maturação do corpo ou pelo amadurecimento psíquico, aqueles tipos de relação com o objeto vividos nos anos iniciais da vida. Outra noção fundamental a se considerar é que, a partir da análise de um modelo de constituição psíquica e de sua dinâmica, é possível compreender o engajamento a projetos sociais maiores. Como sugere Freud (1980), se a vida adulta normal é aquela em que o sujeito é capaz de amar e trabalhar, deve-se considerar que os anos que antecedem a vida adulta são aqueles em que as condições para a chegada à genitalidadeⁱⁱⁱ são construídas. Por esse motivo, esses anos iniciais devem ser passíveis de observação e análise para a abertura de novas possibilidades de compreensão acerca da dinâmica do humano posteriormente, ou seja, na fase da vida em que o trabalho é fator fundamental para a consolidação da identidade e como meio para a satisfação das pulsões. Ao longo do processo de passagem do infantil para a adolescência e a vida adulta, aprende-se “que há dois campos nos quais importa se destacar para chegar à felicidade e ao reconhecimento pela comunidade: as relações amorosas/sexuais e o poder (ou melhor, a potência) no campo produtivo, financeiro e social.” (CALLIGARIS, 2000, p. 14). Para que isso aconteça, o indivíduo põe em curso seu aparato psíquico, considerando aqui também seu arsenal de aprendizagens e as vivências afetivas ligadas a estes, suas relações com o meio e sua condição biológica, contemplando assim os aspectos biopsicossociais da vivência humana.

O modelo proposto para a compreensão da dimensão psíquica e análise de como o sujeito/indivíduo se vincula a outros indivíduos e o meio encontra-se Jerusalinsky e Coriat (1996). Os autores propõem um modelo de estrutura psíquica, a partir do qual analisam as condições necessárias para a dinâmica do processo de desenvolvimento. Para eles, “ao falar de desenvolvimento, é preciso fazer uma distinção entre as articulações que constituem o sujeito e os instrumentos dos quais ele se vale para realizar seus intercâmbios com o meio” (*ibid.*, p.7). Assim, propõem um modelo de configuração psíquica que inicia-se com o aparato biológico, amplia-se para o psíquico propriamente dito e estende-se ao cognitivo. Esse aparato, chamado pelos autores de aspectos estruturais da constituição do sujeito, não é suficiente para garantir o intercâmbio adequado desse sujeito com o meio, o que só é feito a partir dos aspectos instrumentais a serem desenvolvidos, compostos por elementos como a psicomotricidade, a linguagem, a aprendizagem, os hábitos e processos de sociabilização, entre outros (JERUSALINSKY E CORIAT, 1996). Cabe aqui então, uma explicação pormenorizada do modelo proposto pelos autores, conforme a figura 1.

FIGURA 1: Modelo de desenvolvimento do indivíduo – *Aspectos Estruturais e Instrumentais do Desenvolvimento*



FONTE: Elaborado a partir de Jerusalinsky e Coriat (1996).

Os **aspectos estruturais** do desenvolvimento são o aparelho biológico, especialmente constituído pelo sistema nervoso central, o sujeito psíquico e o sujeito cognitivo como um sistema diferenciado dentro do psíquico (JERUSALINSKY E CORIAT, 1996). O aparelho biológico é aquele que possibilita a existência e que também, a partir do sistema nervoso central, condiciona, limita e/ou amplia, em seu funcionamento, o campo dos intercâmbios do indivíduo. “Desde a restrição biológica limitada ao intercâmbio e às transformações materiais, o sistema nervoso central oferece sua abertura à inscrição dos processos simbólicos e virtuais” (*ibid*, p. 7). O sujeito psíquico é aquele que emerge sobre o alicerce biológico, determinado pela presença de uma mãe ou estrutura familiar que cuida, relaciona-se com e deseja essa criança. É pela definição desse lugar de filho, inscrito no desejo desses pais e dessa família, que emerge o sujeito psíquico. A partir desse lugar e de todo acontecimento entre a criança e sua família, é que cada ato, cada experiência, cada palavra e cada fato acontecido nessa interação, será significado. As relações de prazer e desprazer vividas por essa interação ficarão registradas para esse sujeito em constituição, possibilitando, futuramente, serem revividas e terem significativa relevância para a constituição da estrutura de personalidade desse sujeito. É nesse **campo psíquico-afetivo** que produz-se o desejo e as identificações, mediados por um sistema do aparelho psíquico denominado **inconsciente**. É mister considerar que essa dimensão do desejo e da identificação, por mais particular e subjetiva que seja, só pode ser construída porque este sujeito relaciona-se e vincula-se a outros. Se a premissa de que toda criança começa a existir a partir do desejo dos pais e de que esse desejo pela criança é a força motriz que possibilita aos pais o cuidado e o direcionamento de afetos para essa criança, é nesse modelo que a criança se apega para que possa direcionar suas próprias forças para o desenvolvimento, ou seja, é por isso que também deseja e desejando pode promover internamente a força que, aliada ao desejo dos pais pelo seu desenvolvimento, fará com que se desenvolva efetivamente. O processo identificatório acontecerá mais tarde no curso do desenvolvimento, quando a criança terá que resolver a tríade amorosa entre ela, seu pai e sua mãe. Esse processo é denominado pela psicanálise de Complexo de Édipo, e para o qual a identificação^{iv} com um dos progenitores será condição *sine qua non* para a resolução do Édipo e a entrada num processo de socialização maior. Assim, a criança alcança a possibilidade de buscar fora da família os elementos e pessoas substitutivas a esses pais para prosseguir seu desenvolvimento. A noção de inconsciente, na proposta aqui sugerida, faz-se necessária para aludir aos processos de consciência a seguir trabalhados. O inconsciente, neste sentido, é

compreendido como uma das instâncias do aparelho psíquico, composta por conteúdos recalçados^v da consciência, sendo que esses conteúdos são (a)representantes das pulsões; (b)regidos por mecanismos de condensação e deslocamento^{vi}; (c)procuram retornar à consciência e à ação, e; (d)são desejos infantis que conhecem uma fixação no inconsciente (LAPLANCHE e PONTALIS, 2001). A noção de consciência aqui trabalhada é aquela que se refere ao estado de alerta e vigília, regida pelo processo de percepção. Assim, a dinâmica do inconsciente terá uma força significativa para essa constituição psíquica e a interação do indivíduo no contexto social. A terceira dimensão dos aspectos estruturais é a **dimensão cognitiva**. Segundo Jerusalinsky e Coriat (1996, p. 8), “quando uma criança deseja, ela está se interessando por aquilo que, em uma primeira instância, resulta interessante para a sua mãe. O meio, enquanto coisas e pessoas, torna-se objeto de interrogação, de experimentação, de intercâmbio organizado”. Essa organização possibilita a emergência do sujeito do conhecimento, caracterizado por esse sistema mais confiável para proceder com as trocas e o intercâmbio organizado com o meio. Esse sistema permite maior autonomia aos sistemas de adaptação do indivíduo ao meio, possibilitando e garantindo as aprendizagens. Aqui, pode-se verificar a atuação dos processos da consciência, já que a interface dos processos psíquicos e cognitivos, em relação com o meio, estão em completa ação.

Se esse aparato estrutural inicial fosse suficiente para explicar e compreender as relações de troca com o meio, não haveria a necessidade do incremento de uma série de ferramentas, por parte do sujeito, para potencializar seu desenvolvimento. Assim, na superfície desse aparato básico, constituído pelos aspectos biológicos, psíquicos e cognitivos, difratam-se as ferramentas que auxiliarão o sujeito a uma melhor execução dos intercâmbios com o meio, possibilitando a facilitação da construção do mundo e de si mesmo. Essa perspectiva de intercâmbio aponta para a noção de constituição de subjetividades, uma vez que esta se constitui como o mundo interno do indivíduo, construído a partir da interação com o mundo externo (BOCK, FURTADO e TEIXEIRA, 2002). “Pode-se dizer que essas ferramentas facilitam sua tarefa, porque sua ausência ou seu déficit, se bem que não o impedem de estruturar-se como pessoa, ocasionam-lhe transtornos e/ou atrasos às vezes importantes” (JERUSALINSKY E CORIAT, 1996, p. 9-10). Esses **aspectos instrumentais** permitem ao indivíduo expressar, dizer, experimentar, intercambiar, regular, averiguar, entender, ou seja, “realizar tudo aquilo que o sujeito, desde sua estruturação, demanda”, e compreendem a psicomotricidade, a linguagem, aprendizagem, hábitos, jogo, processos práticos de socialização, entre outros.

Cabe ressaltar que no início da vida do indivíduo, computando, em média, os três primeiros anos de vida, é difícil distinguir os aspectos estruturais dos instrumentais do sujeito. Jerusalinsky e Coriat (1996) fazem referência ao ato de sucção de um bebê de um mês de vida para explicar essa dificuldade, acenando que esse ato é ao mesmo tempo acontecimento biológico reflexo ou componente do processo de alimentação, afetivo, cognitivo, psicomotor, de comunicação, de aprendizagem, de jogo, de constituição de hábitos, de sociabilização, etc. Assim, se nos anos iniciais, distinguir esses aspectos é tarefa quase impossível, à medida que a criança experiencia o mundo, essa indiferenciação vai tomando corpo, promovendo uma legalidade de coordenações autônomas. É com o aumento de atividades complexas e com a assimilação destas, que a diferenciação dos aspectos instrumentais também ocorre. Assim, para além do aparato estrutural, que é a base para a formação do sujeito, há a necessidade da existência e da ampliada configuração destes outros elementos, para que o sujeito possa efetivamente se desenvolver e garantir sua autonomia num amplo sentido. É justamente na interação entre esses aspectos estruturais e instrumentais do desenvolvimento e na interface que estes realizam com o meio, considerando aqui como o nível das interações sociais e a vivência da cultura, que se vê emergir o sujeito psíquico em constante interação com o social.

Explicado o modelo de mente aqui utilizado para compreender a dimensão psíquica e subjetiva e a interação do indivíduo com o meio, cabe uma reflexão acerca do papel da subjetividade e da consciência nesse processo. A subjetividade pode ser entendida como “um elemento psíquico formado (a)através das experiências sociais vividas e internalizadas pelo sujeito e (b)pelos conteúdos inconscientes do sujeito. Manifesta-se através de ações e discursos do sujeito.” (SCHMITT, 2003, p. 162-3). Ao mesmo tempo em que alguns teóricos, como Freud, compreendem a subjetividade como um fenômeno individual, outros, na vertente da psicologia sócio-histórica, entendem a subjetividade como elemento social, histórico e político (PRADO FILHO e MARTINS, 2007). Para Lane (2002, p.17),

a subjetividade é construída na relação dialética entre o indivíduo e a sociedade e suas instituições, ambas utilizam mediações das emoções, da linguagem, dos grupos a fim de apresentar uma objetividade questionável, responsável por uma subjetividade na qual estes códigos substituem a realidade.

Assim, para que se prossiga uma análise de desenvolvimento e constituição psíquica em conformidade com um modelo psicanalítico, mas que possibilite a compreensão da noção de consciência, fundamental a esse estudo, adota-se aqui a noção de subjetividade como um elemento-conceito limítrofe entre aquilo que é do campo individual e do coletivo. Isso porque entende-se que a subjetividade é sempre construída desde sempre a partir da interação dos elementos internos e externos ao indivíduo, assim como nesse processo dialético, o meio também é transformado (BOCK, FURTADO e TEIXEIRA, 2002).

Já o processo da consciência, de acordo com a teoria vigotskiana, pode ser compreendido a partir de três acepções básicas, a saber: o “processo de tomada de consciência da realidade externa e interna; atributo de conteúdos e processos psicológicos; sistema psicológico” (TOASSA, 2006, p.59). O conceito de consciência pressupõe um processo inicialmente aparado pelo aspecto biológico, passando a ser respresentado psiquicamente pela palavra e contemplando um aspecto histórico e social, uma vez que a palavra é uma unidade de representação que só tem sentido de ser se for compartilhada com outro e dentro de determinado momento histórico. Assim, de forma sucinta, é possível definir o conceito de consciência em Vigotsky como “o processo e produto, passível de análises seminóticas concretas e também em termos de interações sistêmicas cerebrais”. Vigotsky faz então

referência ao indivíduo – pois uma de suas acepções trata de um sistema psíquico que só pode realizar-se concretamente no indivíduo humano – mas as fontes de sua formação são sócio-históricas. A consciência é sempre consciência socialmente mediada de alguma coisa (...). A consciência não é sistema estático, mecanicista: relaciona-se ao desenvolvimento da conduta voluntária. (...) não é a realidade que simplesmente ‘se reflete’ na consciência, mas também o indivíduo que a reconstitui ativamente e nela interfere, produzindo uma nova versão da realidade externa e das próprias vivências apresentadas na palavra (TOASSA, 2006, p.72-3).

Nessa mesma linha de raciocínio, pode-se afirmar que a consciência é aquilo que no indivíduo

reflete o mundo objetivo. É a construção, no nível subjetivo, da realidade objetiva. Sua formação se deve ao trabalho e às relações sociais surgidas entre os homens no decorrer da produção dos meios necessários à vida. Este fator fundamental, a **consciência**, separa o homem dos outros animais e é o que lhe dá condições de avaliar o mundo que o cerca e a si mesmo (BOCK, FURTADO e TEIXEIRA, 2002, p. 176).

A consciência, como entendem os autores, perfaz um trajeto que vai do social ao individual e vice-versa, mas que supõe uma relação entre os elementos psicológicos e o meio onde a interação acontece.

Em consonância com o modelo proposto, pode-se dizer que a consciência integra em si elementos de cunho individual e social. No plano individual aciona aspectos da cognição e do campo biológico (minimamente o funcionamento do sistema nervoso central), mas

também aciona elementos do campo psicológico-afetivo propriamente dito, haja vista os processos identificatórios e os movimentos do desejo do sujeito. Já no campo social, proporciona a vivência dos elementos da cultura e do que é produzido em classe.

5 Interlocução do modelo de desenvolvimento do sujeito com a tradição da teoria da hegemonia

O modelo de desenvolvimento do sujeito apresentado, parte do referencial psicanalítico, cuja ênfase encontra-se na natureza afetiva do desenvolvimento e seu entrelaçamento com as relações parentais, mas apropria-se também das discussões em torno da noção de sujeito cognitivo e, portanto, passível de consciência e seu papel mediador do sujeito com o meio. É nesse sentido que compreende-se haver um avanço para o entendimento da subjetividade no plano da hegemonia.

A tradição historicamente vinculada ao materialismo histórico dialético enfatiza, no plano psicológico, especialmente em Vigotski, o papel da consciência no processo de desenvolvimento do sujeito como a etapa em que o mesmo assume o domínio do próprio comportamento (TOASSA, 2006). O inconsciente para a psicologia sócio-histórica é a ausência de consciência, no sentido de que a consciência está suspensa.

Já para a tradição psicanalítica, o inconsciente é a categoria de destaque, constituindo uma etapa principiante e fundamental para o desenvolvimento do sujeito. Contudo, diferente da concepção anterior, o inconsciente é uma dimensão que, apesar de profundamente relacionada com o meio (no caso a família e suas inter-relações com a sociedade), não diz respeito ao controle: não pode ser educado nem manipulado, sendo sua constituição um processo que ocorre num nível muito íntimo. De tão íntimo que é, tem a sua própria manifestação somente no plano do simbólico (sonhos) e da palavra (análise). A consciência, para a tradição psicanalista, é um estado de alerta, muito próxima à noção de percepção.

Tais discrepâncias nas concepções apresentadas, considera-se, não invalidam o diálogo entre essas duas tradições, que, apesar de enfatizarem dimensões diferentes na construção da subjetividade, possuem pontos de complementaridade extremamente relevantes para o entendimento do engajamento nos projetos hegemônicos. **A aparente polarização consciência-inconsciente torna-se um par dialético – e não dicotômico - à medida que se concebe-o interagindo através das categoria do desejo e da identificação.**

A consciência, como afirma Vigotski, não equivale à percepção (TOASSA, 2006); ela transcende a percepção porque, ao utilizar a palavra – signo – como unidade básica (já que a consciência opera por meio do pensamento não automático, portanto mediado pelo conceito da palavra), auto-estimulam o domínio da conduta, “por meio da qual a realidade pode ser representada na ausência dela própria, podendo tornar-se consciência dos impasses e relações do real” (*ibid.*, p. 68). E sendo o signo um elemento cultural – não natural - e socializado, não coincide ele com a sensação do objeto que representa. Por outro lado, o inconsciente é muito mais que a ausência de consciência, sendo a essência e o fundamento da dimensão cognitiva do sujeito. Apesar de íntimo e incontrolável, é só por ele que o sujeito, através do desejo do outro, se constitui como tal, e vincula sua atenção e interesse, por um processo identificatório, a um processo de conhecimento do mundo. Portanto, as duas dimensões estruturais do sujeito, o inconsciente e a consciência, não se excluem, mas se complementam.

Mas é preciso inferir as implicações dessa articulação para o campo da hegemonia.

Um dos aspectos relevantes nessa interlocução reside na dinâmica dos processos de elaboração, apropriação e re-elaboração das ideologias, cuja chave encontra-se na subjetividade. Nessa dinâmica, os limites demarcados pelas origens de classe são determinantes, como afirma Gramsci (1989), mas entende-se, da mesma forma que Rummert (2004), que os mesmos “não constituem o único aspecto explicativo da circulação, apreensão ou rejeição de idéias, valores e concepções que prevalecem tanto no plano interno de uma

classe, ou de uma fração de classe, quanto em sua relação com as demais”. Se assim fosse, a origem de classe determinaria a subjetividade e o conseqüente engajamento no projeto hegemônico ou contra-hegemônico de forma direta. É nessa direção que a autora prossegue.

É necessário destacar, também, a referência feita por Gramsci à importância do ‘contato sentimental e ideológico’ que deve ser estabelecido entre ‘dominantes e dominados’. Ressalta-se, assim, a necessidade de avançar a partir dessas reflexões, detendo-nos em reflexões que abarcam, também, o plano afetivo – das emoções –, que não se aparta do plano racional mas que é dotado de especificidades pouco analisadas ou não consideradas na maior parte da produção marxista.

A relação entre a ideologia e o consentimento é trabalhada por Ansart (1978), que argumenta possuir a ideologia um papel mobilizador, visto que, de certa forma, corresponde às necessidades individuais de identidade, buscando para cada sujeito uma representação positiva do eu. Isso explica, em parte, o caráter reprodutor da ideologia, que, interiorizada,

produz consciências falantes, sujeitos que, encontrando no sentido recebido os meios de domínio simbólico, sentem sua vivência ideológica como a sua verdade; ela gera o acordo entre os sujeitos no terreno do simbólico, o acordo vivo entre as consciências que julgam, conciliadas com a sua própria linguagem (*ibid.*, p. 213)

Dessa forma, reconhece-se a operação do inconsciente pela identificação, que se vincula à consciência posteriormente. E também se faz presente o desejo pelo lugar no outro, já que, no âmbito deste sistema de referências que os indivíduos e os grupos sociais se reconhecem a si próprios, ao mesmo tempo se identificam como parte de um “nós” em que se percebem incluídos. “A identidade significa, assim, um sentimento de ‘pertença’ - que pode ser organicamente construído ou atribuído do exterior – a um determinado grupo e a um determinado projeto” (RUMMERT, 2004).

Já na construção do projeto contra-hegemônico, a consciência assume um papel primeiro, pois é só por ela que é possível perceber-se a si mesmo como classe e pensar as estratégias para o enfrentamento dessa condição. Mas nem por isso que o inconsciente deixa de operar; ele continua sendo imprescindível para a mobilização coletiva em torno do “novo” projeto identificatório. Isso porque, sem desejo e identificação, não há engajamento, posto que esse é do plano essencial do afetivo.

Nesse sentido, a disputa pela hegemonia passa, necessariamente, pela elaboração, articulação e difusão de discursos capazes de ordenar aspirações, sonhos, fantasias projetivas, valores já consolidados, necessidades materiais e simbólicas e projetos coletivos em que os indivíduos se percebam contemplados (*ibid.*, 2004)

É por esse motivo que entende-se que a origem de classe – no caso, subordinada - acrescida ao acesso ao conhecimento elaborado – que possibilitaria uma síntese mais apropriada acerca da realidade, e portanto, um nível mais superior de consciência - não resulta na adesão ao projeto contra-hegemônico. A adesão passa necessariamente por uma experiência primeira que marca o sujeito com relação ao seu desejo e objeto de identificação, depositando-se no seu inconsciente; e é a partir dessa aprendizagem que a consciência se mune de elementos para a realização dos interesses subjetivos e objetivos.

É por esse motivo que Mészáros (2006) afirma que a educação é o órgão moral da automediação do homem na sua luta pela auto-realização.

A educação é o único órgão possível de automediação humana, porque a educação – não num sentido limitado institucional – abarca todas as atividades que podem se tornar uma necessidade interna para o homem, desde as funções humanas mais naturais até as mais sofisticadas funções intelectuais. A educação é uma questão inerentemente pessoal, interna; ninguém pode educar-nos sem nossa própria participação ativa no processo. O bom educador é alguém que inspira a auto-educação (*ibid.*, p. 172)

Tal afirmação implica que os processos de formação humana, no sentido pedagógico para a contra-hegemonia, apesar de relacionarem-se diretamente ao acesso conhecimento socialmente mais elaborado, só são eficazes quando se conectam à dimensão inconsciente do sujeito e do grupo social. E para tanto, precisam acontecer no terreno da experiência prática, exigindo uma postura ativa do sujeito cognoscitivo. É, portanto, na práxis que a subjetividade contra-hegemônica pode emergir e viabilizar-se num projeto político.

6 Por uma conclusão preliminar: a práxis de organizações contra-hegemônicas e a construção de uma nova subjetividade

Gramsci (1984) consagra a noção do princípio educativo do trabalho visto que, no seu quadro teórico sobre a luta política, ele se interessa pela origem das práticas pedagógicas que moldam a subjetividade social. Essa concepção está profundamente relacionada à práxis, já que o trabalho é o campo da atividade por excelência. Contudo, na sociedade capitalista, os processos de formação e elaboração teórica estão apartados do mundo do trabalho, concentrando-se nas instituições escolares^{vii}. Isso não significa, todavia, que o espaço de trabalho não seja ainda o lugar da formação por excelência: não só porque desencadeia uma série de outros espaços pedagógicos (a Escola, a família, etc.), mas também porque, no seu acontecendo, possibilita, pelo exercício, um processo de aprendizagem constante.

No modo de produção capitalista, o projeto hegemônico repousa, no aspecto econômico, na alienação do trabalhador com relação ao produto do seu trabalho e com relação à atividade de produção. Para Mézszáros (2006, p. 21), a alienação do trabalho constitui a “raiz causal de todo o complexo de alienações”, do mesmo modo que para Oliveira (2001), só se pode falar em verdadeira “inclusão” no momento em que se situa esse movimento na superação do conflito capital-trabalho. Dessa forma, o trabalho, inserido no projeto hegemônico do capital, e portanto da heterogestão, se volta contra o sujeito, impedindo-o de realizar o seu projeto emancipatório. “A alienação da humanidade, no sentido fundamental do termo, significa perda de controle: sua corporificação numa força externa que confronta os indivíduos como um poder hostil e potencialmente destrutivo” (*ibid.*).

Alicerçado no seu aparato psicológico, o sujeito, ao atingir a vida adulta, mobiliza-se no sentido de satisfazer suas pulsões pela vivência da genitalidade num amplo sentido, ou seja, de poder manter relações amorosas satisfatórias e de poder satisfazer, a partir de seu trabalho, suas pulsões. No entanto, mesmo que o trabalho proporcione ao sujeito uma forma sublimada de satisfazer suas pulsões, a vivência de prazer por essa relação deve emergir, garantindo ao sujeito sua realização. Quando essa atividade torna-se sem sentido, esvazia o sujeito da possibilidade de satisfação e rompe, a partir da base, a condição de amar e trabalhar, propostas saudáveis para a vida adulta.

“A questão é saber que subjetividade está em causa na contemporaneidade. Que mecanismos subjetivos sustentam sujeitos tão pouco capazes de defesa frente à ilusão, tão aderentes à imediaticidade. Saber do sujeito dominado pelo cálculo e pela quantificação que regem todas as suas relações, temeroso frente à unidade e à universalidade, separado dos demais indivíduos. Afinal no recuo a si mesmo tragicamente o indivíduo está no único lugar onde não pode ser e de onde vive a promessa de reconciliação através do individualismo que altera formas de socialização e encoraja os padrões narcisistas do eu.” (RESENDE, 2002)

Mas, como já foi exposto, nenhum projeto hegemônico é eterno, necessitando de um arsenal de coerção e persuasão próprio para impor a sua perpetuação. Por consistir em um sistema cujo metabolismo é inerentemente destrutivo, o capitalismo defronta-se constantemente com a tarefa de renovar-se para manter-se. Uma das principais estratégias para tanto tem sido a flexibilização das relações de produção e de trabalho, operadas a partir da década de 1970 (ANTUNES, 2001). Tal movimento, atuando no sentido de amenizar a

crise metabólica do capital, tem produzido como consequência direta a flexibilização das relações de contratação, e, por conseguinte, um movimento nunca antes observado de precarização do trabalho e de exclusão do emprego (HARVEY, 2005). Têm sido alvo desse fenômeno não só uma gama de trabalhadores não qualificados, mas também uma força de trabalho altamente qualificada que, com as constantes oscilações nos padrões de produtividade, ora está incluída, ora não. Além disso, as exigências de produtividade dos trabalhadores que compõem o núcleo duro do capital (altamente competitivas em nível global) nunca foram tão grandes. Essas novas exigências, advindas no contexto econômico e social demandam novas formas de interação por parte do sujeito, que denotam novas atividades e uma prática, por via de regra, esvaziada da condição de reflexão sobre aquilo que se faz.

Essa conjuntura tem levado grupos de trabalhadores a pensarem formas de enfrentamento que, guardadas as devidas e significativas distinções internas, demonstram sinais de uma disposição para uma nova relação de trabalho. Nesse sentido, Vargas de Faria (2003) e Serva (1996) trazem exemplos de organizações que se propõem, no interior das unidades produtivas, ao enfrentamento do projeto hegemônico em vigor. E é também nessa direção que Mészáros (2007), num sentido mais amplo, defende a plena participação dos “produtores associados” na tomada de decisão em todos os níveis de controle político, social e econômico.

Esse é o único meio pelo qual as grandes massas do povo podem adquirir um interesse duradouro em sua sociedade e, com isso, **identificar-se** com os objetivos e modalidades de reprodução das condições de sua existência social, determinadas não apenas a defendê-las contra todas as tentativas de restauração, mas também a expandir constantemente suas potencialidades positivas (*ibid.*, p. 229)

Essas novas possibilidades de enfrentamento do sistema hegemônico em questão, só são possíveis pela atividade e pela tomada de consciência por parte dos sujeitos que compõem a sociedade. No entanto, isso não se faz sem a ativação de um processo identificatório, seja a grupo ou a uma causa, que impelem o sujeito a agir e desenvolver propostas contra-hegemônicas. Da mesma forma, sem a dimensão cognitiva, de aprendizagem e política que engendram essa causa, o sujeito ou grupos não imprimem esse contra-movimento. Para esse processo, é necessária a ativação dos processos psicológicos mais primordiais ao sujeito e daqueles que perpassam a dimensão social, histórica e política, aqui determinados pelos fenômenos da consciência e da aprendizagem.

A práxis no sentido criador (VÁZQUEZ, 1968), elemento crucial da criação e manutenção do processo contra-hegemônico, ativa uma série de elementos subjetivos e objetivos, capaz de ativar e desenvolver, a partir dessa interação dos aspectos sociais e individuais, a produção de novas subjetividades. Neste sentido, a subjetividade contra-hegemônica submerge a partir de uma consciência e de uma identificação com um projeto novo, motivada pela satisfação de objetivas e subjetivas que o projeto hegemônico em vigor não pode realizar. Entende-se que um espaço possível para a construção dessa subjetividade atualmente, mais que o partido político (como era o caso da experiência de Gramsci) pode ser a organização coletivista de trabalho, ou a organização com características autogestionárias. Esse espaço que é, por assim dizer, organizacional, é sobretudo um espaço construído coletivamente e que, portanto, não se relaciona à satisfação das necessidades egoísticas – alienantes – mas das sociais – emancipatórias.

No intuito de finalizar uma prévia elaboração acerca dos processos contra-hegemônicos e sua relação com a subjetividade humana, retoma-se aqui a idéia central deste artigo, de ampliar a compreensão da noção de subjetividade para além da de consciência, engajando a esse processo a idéia ampliada de que a constituição subjetiva do indivíduo inicia-se nos primeiros momentos de vida, e são imbricados de afetos, desejos e processos

identificatórios. Essa dimensão psíquico-afetiva atrelada à dimensão psíquico-cognitiva, constitui o alicerce estrutural para o desenvolvimento das aprendizagens e o engajamento a processos pedagógicos e projetos sociais ampliados. Esses elementos são constituídos dos elementos sociais e políticos dos quais se cerca o sujeito para a vida em sociedade. Assim, num movimento dialético, a produção de novas subjetividades se dá no seio mesmo da vivência de uma práxis integradora e transformadora, realidades estas construídas pelos próprios sujeitos no seio de suas relações sociais e de trabalho. No entanto, como esse movimento precisa ser construído e consolidado a partir das vivências desses sujeitos, coloca-se algumas questões para reflexão: quais as possibilidades de construção desses espaços de contra-hegemonia? Que processos de aprendizagem, pensando numa pedagogia mais ampla, teriam a condição de influenciar essa subjetividade? Por que os sujeitos se vinculam a esse projeto, e entre si? Qual seria uma metodologia possível para conhecer essas questões?

Pode-se deixar aqui a necessidade de imprimir esforços para a realização de pesquisas e de ações que viabilizem discussões e reflexões acerca do tema proposto.

Referências

- ALVES, Gilberto. **A Produção da Escola Pública Contemporânea**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2001.
- AKTAR, Salman, Primeiros relacionamentos e sua internalização. In: PERSON, Ethel, S. et al. **Compêndio de Psicanálise**. Porto Alegre: Artmed, 2007
- ANSART, Pierre. **Ideologia, Conflitos e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**. 5ª ed. São Paulo: Boitempo, 2001.
- BOCK, Ana M. B.; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes T. **Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- COOL, César. Et al. **Desenvolvimento Psicológico e Educação: Psicologia Evolutiva**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- EIZIRIK, Cláudio L. et al. **O Ciclo da Vida Humana: uma perspectiva psicodinâmica**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- FREUD, Sigmund. **Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1988.
- _____. Três Ensaio Sobre a Teoria da Sexualidade (1905). In: **Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1988.
- GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- _____. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- GRUPPI, Luciano. **O Conceito de Hegemonia em Gramsci**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1978.
- HARVEY, David. **A Condição Pós-moderna**. 14ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- JERUSALINSKI, Afredo e CORIAT, Lydia. Aspectos Estruturais e Instrumentais do Desenvolvimento. Porto Alegre, Escritos da Criança n. 4, 6-12, 1996 (1982).
- KUENZER, Acacia Zeneida. A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 96, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302006000300012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 01 Mar 2008.
- LACAN, Jacques. Seminário Livro 10. **A angústia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- LANE, Silvia. T. M. A Dialética da Subjetividade *Versus* Objetividade. In: FURTADO, Odair e REY, Frenando L. G. **Por uma epistemologia da subjetividade: um debate entre a teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.
- LAPLANCHE E PONTALIS. **Vocabulário da Psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MÉSZÁROS, István. **A Teoria da Alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

OLIVEIRA, Avelino da R. **Marx e a Exclusão**. Pelotas: Seiva, 2004.

PRADO FILHO, Kleber e MARTINS, Simone. A Subjetividade como Objeto da(s) Psicologia(s). *Revista Psicologia e Sociedade*, v.19, n.3, set-dez 2007. São Paulo: ABRAPSO, 2007.

RESENDE, Anita C. A. Subjetividade e Cultura: A contribuição da Psicanálise ao Debate. **Revista Brasileira de Educação**, n. 20. ANPED, 2002. Disponível em http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalhos_encomendados/GT20/TE%20-%20GT20%20-%20Anita%20A.Resende.pdf Acessado em 17/03/2008.

RUMMERT, Sônia Maria Aspirações, interesses e identidade dos trabalhadores: elementos essenciais à construção da hegemonia. *Revista Trabalho Necessário*. v2, n2. Rio de Janeiro, UFF, 2004. Disponível em <http://www.uff.br/trabalhonecessario/Sonia%20TN2.htm>. Acessado em 27/05/2007.

SAWCHUCK, Peter. **Adult Learning and Technology in Working-class Life**. New York: Cambridge University Press, 2003.

SERVA, Maurício. **Racionalidade e organizações: o fenômeno das organizações substantivas**. Tese de doutorado em administração da EAESP/FGV. São Paulo, 1996.

TOASSA, Gisele. Conceito de Consciência em Vigotski. **Psicologia USP**, 2006, 17(2), 59-83. Disponível em <http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/psicosp/v17n2/v17n2a04.pdf>. Acessado em 05/02/2008.

VARGAS DE FARIA, José Ricardo. **Organizações coletivistas de trabalho: Autogestão nas unidades produtivas**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas: Curitiba, 2003.

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ZAVASCHI, Maria L. S.; COSTA, Flavia e BRUNSTEIN, Carla. O Bebê e os Pais. In: **O Ciclo da Vida Humana: uma perspectiva psicodinâmica**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

ⁱ Transcendência aqui como o *Aufhebung*, a possibilidade de “substituir o atual estado de coisas, o sistema predominante de alienações, do estranhamento evidente na vida cotidiana até as concepções alienadas da filosofia”. Ou, expresso de outra forma, “como é possível conseguir a unidade dos opostos, em lugar das oposições antagônicas que caracterizam a alienação: oposição entre ‘fazer e pensar’, entre ‘ser e ter’, entre ‘meios e fim’, entre ‘vida pública e vida privada’, entre ‘produção e consumo’, entre ‘filosofia e ciência’, entre ‘teoria e prática’” (MÉSZÁROS, 2006, p. 22).

ⁱⁱ Com relação ao engate do sujeito a projetos sociais maiores e a articulação do desejo do Outro como fator constituinte do sujeito ligado a outros conceitos psicanalíticos, Miriam Debieux Rosa faz a seguinte consideração: “Os dois pontos se articulam: a constituição subjetiva engendrada no complexo de Édipo e as considerações freudianas sobre as transformações no sujeito, quando enlaça-se nos grupos sociais. Acrescente-se mais um aspecto: a inserção dos agentes do grupo familiar na sociedade. O exercício das funções materna e paterna opera-se a partir dos lugares (materno, paterno, fálicos) atribuídos ou não aos membros de determinada família, classe social e ao momento cultural. A sua eficácia não é independente de tais fatores, uma vez que a família é, ao mesmo tempo, o veículo de transmissão dos sistemas simbólicos dominantes e a expressão, em sua organização, do funcionamento de uma classe social, grupo étnico e religioso em que está inserida” (ROSA, 2002).

ⁱⁱⁱ A genitalidade constitui a quarta fase do desenvolvimento humano, segundo a psicanálise. A criança passa os primeiros anos de sua vida se desenvolvendo a partir da ação de suas pulsões (forças motrizes inconscientes) sobre as zonas erógenas denominadas, respectivamente, oral, anal e fálica. Na quarta fase do desenvolvimento, que se inicia com a entrada na puberdade, as pulsões são totais e convergem para a região genital, como expressão da vida adulta e da possibilidade de manutenção de relacionamentos sexuais adultos maduros (FREUD, 1980 - 1905).

^{iv} A identificação é uma categoria utilizada para a compreensão da dinâmica do psiquismo neste artigo. Para a psicanálise, a identificação é um “processo psicológico pelo qual um sujeito assimila um aspecto, uma propriedade, um atributo do outro e se transforma, total ou parcialmente, segundo o modelo desse outro” (LAPLANCHE e PONTALIS, 2001, p. 256).

^v Processo pelo “qual o sujeito procura repelir ou manter no inconsciente representações (pensamentos, imagens, recordações) ligadas a uma pulsão” (*idem*).

^{vi} A condensação é um mecanismo de defesa do ego no qual “uma representação inconsciente concentra os elementos de uma série de outras representações” (CHEMANA, 1995, p.33). Já o deslocamento é um mecanismo de defesa em que “uma quantidade de afetos se desprende da representação inconsciente, a qual está ligada, indo ligar-se a uma outra, cujos vínculo anterior são vínculos associativos pouco intensos, ou, mesmo, contingentes” (*idem*, p. 46)

^{vii} Alves (2001) defende a tese de que a escola pública é uma instituição moderna que se constrói em parceria com o projeto hegemônico capitalista, no sentido de “padronizar” o acesso ao conhecimento teórico e, assim, coibir as possibilidades de articulação contra-hegemônicas.